

Dados estão no Relatório de Gestão Fiscal, apresentado a Alerj

O Relatório de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2025 aponta que o Estado do Rio de Janeiro fechou o período com superávit orçamentário de R\$ 6,5 bilhões, considerando uma receita de R\$ 38,3 bilhões e uma despesa de R\$ 31,8 bilhões. O resultado foi melhor do que o do mesmo período do ano passado (R\$ 2,2 bilhões). O documento com esses e outros dados sobre as finanças fluminenses foi apresentado, nesta terça-feira (03), em audiência pública da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj).

Parte do balanço positivo pode ser atribuído ao bom desempenho da receita, que registrou crescimento nominal de 15,8%. Desconsiderando a inflação do período, o crescimento real da Receita Líquida do Estado foi de 9,7%. Foram R\$ 4,8 bilhões a mais entre janeiro e abril deste ano, comparado com o mesmo período de 2024. A arrecadação de ICMS, por exemplo, aumentou 16,2% – de R\$ 16 bilhões para R\$ 18,6 bilhões – mesmo com a atividade econômica em queda. Isso é reflexo do trabalho da Receita Estadual, que vem intensificando o monitoramento dos grandes contribuintes e estimulando a autorregulização. Também contribuiu para o crescimento de 18% para 20% da alíquota modal do ICMS.

“Esse desempenho expressivo é um resultado de grande relevância para a gestão pública e para a estabilidade

Estado do Rio com superávit de R\$ 6,5 bilhões no quadrimestre

Thiago Lontra/ Alerj



O resultado foi R\$ 2,2 bilhões melhor do que o do mesmo período do ano passado

fiscal do Estado, indicando um avanço importante na saúde das contas públicas fluminenses. Conseguimos melhorar a arrecadação sem pesar no bolso de quem precisa, combatendo a sonegação e cobrando de quem deve, ao mesmo tempo em que mantivemos o controle dos gastos sem comprometer os serviços que a população precisa no dia a dia”, comentou o governador Cláudio Castro.

Houve ainda crescimento de 6,2% na receita de Royalties e Participações Especiais e o ingresso de recursos oriundos da concessão dos serviços de saneamento. Foram R\$ 989 milhões, sendo R\$ 413 milhões repassados aos municípios. Outra fonte de arrecadação partilhada com as prefeituras no quadrimestre foi a última parcela da compensação paga pela União pelas perdas geradas pela Lei Complementar

federal 194/2022, que reduziu o ICMS de energia elétrica, combustíveis e telecomunicações. As administrações municipais receberam R\$ 202 milhões de um total de R\$ 807 milhões.

“Vamos continuar atentos à gestão da nossa despesa, mas os resultados são positivos e mostram que estamos na direção certa”, analisou o secretário de Fazenda, Juliano Pasqual.

Na despesa de pessoal, o Poder Executivo segue dentro do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A legislação prevê um máximo de 49% da Receita Corrente Líquida (RCL) com esse tipo de gasto e o Estado está no patamar de 45,14%. O Rio de Janeiro está dentro do limite de endividamento de até duas vezes a RCL, previsto na Resolução 40/2001, do Senado Federal.

Eduardo Paes apresenta ao MPRJ projeto da guarda armada

O procurador-geral de Justiça, Antonio José Campos Moreira, recebeu nesta terça-feira (03) o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, para conhecer a proposta de criação de uma força armada na Guarda Municipal. Segundo o projeto da prefeitura, parte da corporação se utilizará de armas de fogo, auxiliando as forças de segurança do estado e da União no combate à criminalidade no município.

“No ano passado, o Supremo Tribunal Federal autorizou os municípios a atuarem no policiamento ostensivo e preventivo, inclusive com o uso de armamentos. Ou seja, o STF reconheceu que o município é corresponsável pela segurança pública. Desta forma, o diálogo com a prefeitura é fundamental, porque a nova força, agindo como polícia, ficará sujeita ao controle direto do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro”, afirmou o PGJ.

Ainda de acordo com Antonio José Campos Moreira, a segurança pública é dever das instituições. “A proposta funcionará com os esforços tanto da prefeitura quanto de todos os responsáveis pela segurança pública pois, como diz a Constituição, a segurança pública é dever de todos.

Portanto, a vinda do município para essa área exige uma atuação minimamente coordenada, tanto com o estado quanto com a União”, declarou o PGJ.

Segundo o prefeito, a ideia da visita foi apresentar o modelo de atuação da nova força. “Entendemos a participação do MPRJ como fundamental, não apenas pelo controle externo, mas na identificação e conhecimento daquelas que são as principais funções desta nova força”, disse Paes.

Participaram da reunião, pelo MP, o subprocurador-geral de Justiça de Atribuição Originária, Marcelo Pereira Marques; o subprocurador-geral de Atuação Especializada, Cláudio Varela; o chefe de gabinete, Guilherme Schueller; e a assessora da chefia de gabinete e assessora internacional da instituição, Carina Senna.

Pela prefeitura, estiveram presentes o vice-prefeito, Eduardo Cavaliere; o secretário municipal de Ordem Pública, Brenno Carnevale; o chefe da Casa Civil, Leandro Matieli; o procurador-geral do município, Daniel Bucar; e o chefe de gabinete, Fernando Dionísio; além da especialista em segurança pública, Joana Monteiro.

MPRJ



Reunião foi nesta terça-feira, na sede do MPRJ



Divulgação

Mais de R\$ 250 milhões foram movimentados pelos traficantes

Polícia Civil deflagra operação contra lavagem de dinheiro de facção criminosa

O Governo do Estado realiza, nesta terça-feira (03), uma operação para desarticular o núcleo financeiro da maior facção que atua no estado, responsável pela lavagem de mais de R\$ 250 milhões. Os valores vêm do tráfico de drogas e da aquisição de armamentos de uso restrito. A ação é conduzida por policiais civis da Delegacia de Repressão a Entorpecentes e do Departamento-Geral de Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e à Lavagem de Dinheiro. Os agentes cumprem mandados de busca e apreensão nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A ação inclui ainda ordens de bloqueio e indisponibilidade de bens e valores de 35 contas bancárias. O esquema criminoso utilizava pessoas físicas e jurídicas para dissimular a origem ilícita dos valores, promovendo o reinvestimento em fuzis, cocaína e na consolidação do poder territorial da

facção em diversas comunidades.

As investigações identificaram Philip Gregório da Silva, o “Professor”, como uma das figuras centrais da engrenagem financeira da organização criminosa, responsável por eventos como o “Baile da Escolinha”, que funcionava como ferramenta de dominação cultural e captação de recursos para o tráfico de drogas e armas. O criminoso morreu neste domingo (01), mas este fato não compromete o andamento do inquérito, tampouco interfere nas medidas judiciais em curso. Mesmo com sua morte, permanece clara a importância do bandido dentro do esquema, sobretudo na consolidação da cultura do tráfico e na estruturação de empresas de fachada para dar aparência de legalidade ao dinheiro sujo.

A apuração revelou outro destaque, a influenciadora digital e esposa do cantor Mc Poze do Rodo, Vivi Noronha. Ela e sua empresa figuram

como beneficiárias diretas de recursos da facção, recebidos por meio de “laranjas”, com o objetivo de ocultar a origem ilícita do dinheiro. As análises financeiras apontam que valores provenientes do tráfico de drogas e de operadores da lavagem de capitais da organização criminosa foram canalizados para contas bancárias ligadas à mulher, que passou a ser um dos focos centrais do inquérito.

A posição dela, segundo os agentes, é simbólica, pois representa o elo entre o tráfico e o universo do consumo digital, conferindo aparente legitimidade ao dinheiro do crime organizado e ampliando o alcance da narcocultura nas redes sociais.

As investigações apontam ainda que um restaurante situado estrategicamente em frente ao local onde é realizado o “Baile da Escolinha” funcionava como ponto de lavagem de dinheiro, movimentando recursos do tráfico sob a fachada de atividade empresarial lícita. O local era utilizado como polo logístico e símbolo de poder da facção, conectando a vida noturna da comunidade à engrenagem financeira da facção.

Outra empresa com papel relevante no esquema é uma produtora identificada como operadora de lavagem de dinheiro e fomentadora de bailes funk promovidos por integrantes da facção, que funcionavam como ponto de venda de drogas e difusão da narcocultura. As investigações revelaram que o responsável pela firma e a própria empresa figuram como destinatários diretos de recursos financeiros vindos de operadores da organização criminosa, recebendo valores de pessoas físicas e jurídicas interpostas com o objetivo de ocultar a origem ilícita dos lucros do tráfico.

Entre os remetentes identificados nas análises financeiras, destacam-se um segurança pessoal do chefe da facção no Complexo do Alemão, e outro indivíduo com histórico relevante no sistema financeiro informal, ligado à facção e procurado pelo FBI por suspeita de atuar como operador de valores para a Al-Qaeda.